



**“Porque você vai para o mato se tem um monte de homem lá que pode ir?”:
uma análise dos processos da compreensão de gestores/as e membros das
equipes técnicas de Unidades de Conservação acerca da incorporação dos
temas de gênero e meio ambiente**

*“Why do you go to the bush if there are a lot of men there who can go?”: an analysis
of the understanding processes of managers and members of the technical teams of
Conservation Units about the incorporation of gender and environment themes*

SILVA, José Claudivam da¹; JALIL, Laeticia Medeiros², ARAÚJO, Marli Gondim de³;
BARBOSA, Ingrid Klebyane Farias de Luna⁴; RANAURO, Marcio Lima⁵.

¹ CPDA/UFRRJ, claudivamsilva@ufrj.br; ² UFRPE, laeticia.jalil@ufrpe.br; marligondim@gmail.com³;
PPGS/UFPE, ingridklebyane@gmail.com⁴; SABERES, marcioranauro@saberes.org⁵.

RESUMO EXPANDIDO

Eixo Temático: Gênero, Feminismos e Diversidades na Construção Agroecológica

Resumo: É fundamental reconhecer as mulheres dos campos, das águas e das florestas enquanto atores sociais centrais nos planos de gestão de recursos naturais e nos cuidados com a natureza e seus biomas, sendo peças chaves nas inovações tecnológicas e metodológicas que fundamentam os sistemas de agricultura sustentável e de extrativismo que são resilientes às mudanças climáticas. Neste sentido, o presente trabalho tem por objetivo apresentar a sistematização de um levantamento bibliográfico e das questões geradas a partir do processo de coleta de informações obtidas de entrevistas com gestores/as e membros das equipes técnicas de Unidades de Conservação (UC) no Cerrado e Amazônia acerca dos temas de gênero e meio ambiente. Visando compreender como as demandas que surgem acerca desses temas são trabalhados na perspectiva de destacar as ações planejadas que envolvem(rão) as mulheres, fortalecendo o processo de empoderamento e contribuindo para o enfrentamento das desigualdades de gênero.

Palavras-chave: gênero; meio ambiente, mulheres, sociobiodiversidade.

Introdução

Compreender os processos sociais que organizam as questões do cotidiano dos indivíduos reverbera diretamente nos debates e no alcance destes mais amplamente, sobretudo em questões que são naturalizadas como as opressões de classe, raça, etnia, gênero e geração, silenciando e invisibilizando diversos sujeitos sociais como os povos e comunidades tradicionais, juventudes, mulheres em sua diversidade (negras, camponesas, indígenas, quilombolas, extrativistas etc.). Assim, entender como estes fenômenos se materializam e ganham sentido real no fazer cotidiano, é parte fundamental de um processo de desconstrução das narrativas hegemônicas, que justificam essas opressões e exclusões sobre discurso de serem “naturalmente assim”. Esse processo de desconstrução é possível a partir do diálogo com teorias e a utilização de conceitos chaves e metodologias que permitem nos aproximar dos sujeitos silenciados e invisibilizados, com o objetivo de



questionar essa ordem social e construir novos caminhos para o empoderamento e enfrentamento às opressões de gênero, raça/etnia e classe. A partir do apresentado, pode-se afirmar que utilizar o conceito de gênero e relações de gênero, para compreender as relações de poder que estão “por trás” das relações sociais, possibilita-o como instrumento de análise, sobretudo de forma a potencializar o questionamento da lógica que estrutura a vida das mulheres, sobretudo as mulheres indígenas, quilombolas e de populações tradicionais, considerando também outras questões em que essas mulheres estão inseridas, como a discussão de classe, raça e de geração. O debate sobre gênero tem sido basilar para diversas organizações ao provocar processos de reelaboração de projetos e atuações no campo ambiental. Reconhecidas como peças-chaves para a preservação do meio ambiente e detentoras de saberes tecnológicos, as mulheres seguem criando metodologias que ampliam o modelo de sistemas de agricultura sustentável e de extrativismos que visam atenuar diretamente as mudanças climáticas, deste modo, contribuindo para reduzir impactos ambientais. Essa realidade demonstra como a vida das mulheres é profundamente marcada por uma cultura patriarcal, responsável por formar a base cultural e simbólica das relações sociais de gênero, que no mundo rural demarcam com maior força a divisão sexual do trabalho, provocando o aprofundamento das desigualdades e maiores jornadas de trabalho para as mulheres. A divisão sexual do trabalho tem como característica a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva com maior reconhecimento e valorização social, cultural, política e econômica, e as mulheres à esfera reprodutiva restrito ao privado e historicamente invisibilizadas (KERGOAT, 2009; CARRASCO, 2003). A esta lógica se juntam outras formas de opressão, como raça, classe, sexualidade, geração e nação. O cruzamento dessas opressões é chamado por Patrícia Hill Collins (2020) de interseccionalidade para tornar visível o cruzamento de opressões estruturais que sustentam as desigualdades e os privilégios sociais operados por sistemas de poder. Ainda como reflexo dessas desigualdades históricas, as mulheres são invisibilizadas e excluídas do “conhecimento formal”, pautado pela ciência cartesiana. Com isso, distanciam-se do reconhecimento científico as práticas do manejo de plantas medicinais, de cuidados com os pequenos animais; a produção de alimentos nos quintais ou ao redor de casa; o beneficiamento e a transformação dos alimentos; o manejo da agrobiodiversidade, a gestão e o cuidado com as águas; a relação com o território e as comunidades, entre outras (RODY; TELLES, 2021). Diversas pesquisas têm mostrado (CARDOSO; JALIL; MOREIRA, 2019; CAMURÇA; PACHECO, 1998) que os saberes e as práticas agroecológicas das mulheres rurais são fundamentais para o fortalecimento do tecido social nos territórios em que vivem e, sobretudo, para a reprodução da vida. Entretanto, elas geralmente são excluídas dos espaços de decisão política, sobretudo decisões que perpassam os territórios em que vivem, são excluídas dos processos de participação e desta forma, são invisibilizadas como sujeitos políticos. Com base nessa perspectiva o Fundo Global Para o Meio Ambiente (GEF) segue adotando recomendações políticas para investimentos com base na igualdade de gênero e empoderamento das mulheres, como é possível observar no GEF 7 – *Replenishment* (2018) que tem como foco dar visibilidade às melhorias advindas da integração de gênero com os projetos e programas do GEF acrescentando a participação de projetos que realizam análises de gênero e o uso crescente de estruturas e indicadores de resultados sensíveis à questão de gênero que devem



ser acompanhados por meio de diretrizes e elementos processuais. A Organização das Nações Unidas (ONU, 2019) em seu guia intitulado “Não deixar ninguém para trás (*Leave No One Behind – LNOB*)” aponta como uma das diretrizes a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres como um dos caminhos para a garantia do desenvolvimento sustentável e que a perspectiva de gênero deve ser aplicada em todas as etapas considerando o contexto de desigualdades que as mulheres são condicionadas nas diversas realidades. Por meio dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável inseridos na denominada Agenda 2030 (ODS), o Objetivo 5 – alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas – traz, mais pontualmente, a discussão acerca da Igualdade de Gênero, com o intuito de alcançar as questões que visam transversalizar a igualdade de gênero e promover o empoderamento das mulheres e meninas que constroem, de igual modo, as dinâmicas do cotidiano e da vida social. Assim, é fundamental reconhecer as mulheres enquanto atores sociais engajados nos planos de gestão de recursos naturais e dos territórios, sendo peças chaves nas inovações tecnológicas e metodológicas que fundamentam os sistemas de manejo, de produção agrícola de base sustentável e de extrativismo que são resilientes às mudanças climáticas e que contribuem para reduzir alguns impactos ambientais e o aquecimento global. Para tal, é fundamental que os projetos socioambientais, que tenham as mulheres como público-alvo, incorporem efetivamente a perspectiva de transversalização da estratégia de gênero em todos os aspectos dos programas e projetos institucionais, e essa tem sido uma das maiores dificuldades e desafios para a maior parte das organizações sociais e seus respectivos projetos, o que envolve refletir sobre o papel primordial das vivências e experiências das mulheres na (re)construção da sociobiodiversidade e na gestão dos bens comuns e como guardiãs da vida.

Metodologia

O diagnóstico realizado teve como objetivo conhecer e sistematizar a compreensão dos Gestores/as das UCs sobre a incorporação do tema Gênero e Meio Ambiente, mais especificamente, o trabalho junto às mulheres que estão no contexto das ações de implementação e gestão da UCs, por meio de um projeto de pesquisa e formação executado pela Saberes – Projetos Socioambientais e Educacionais no âmbito do Projeto COPAÍBAS/FUNBIO. Nesse sentido, as entrevistas realizadas tiveram por finalidade mapear o envolvimento das políticas públicas com os temas gênero e meio ambiente no contexto das UCs. Assim, a sistematização das informações das entrevistas oportunizou realizar uma análise crítica destas a partir de cruzamentos com interfaces temáticas e os distintos grupos selecionados, buscando identificar como os temas gênero se apresentam, identificando as transversalidades, quais as metas propostas, como se dá a participação das mulheres, assim como as atividades previstas e procedimentos em curso que dialoguem com as questões de gênero e meio ambiente. As informações foram coletadas através de entrevistas aplicadas de forma remota através da Plataforma do Google Meet, com gestores e pontos focais das secretarias estaduais de meio ambiente e foram realizadas entre 07/02/23 e 13/03/23. Nesse período foram realizadas 21 entrevistas, envolvendo um total de 34 técnicos/as e gestores/as,



dos/as quais 14 eram mulheres e 20 eram homens. Para a realização das entrevistas foram utilizados questionários semiestruturados divididos em duas partes, sendo a primeira parte de identificação dos entrevistados e a segunda parte composta por questões com foco nos temas de gênero e meio ambiente, a partir da percepção dos entrevistados e de sua experiência com os referidos temas.

Resultados e Discussão

Os gestores/as das UCs entrevistados/as relataram que, de modo geral, a participação das mulheres, seja como integrantes dos Conselhos Consultivos ou nas equipes técnicas ainda representam uma minoria, mas que quando estão presentes elas são mais participativas do que os homens. Um dos entrevistados relatou que muitas mulheres não participam devido ao fato de seus companheiros não permitirem, informação reveladora do machismo e de como a estrutura patriarcal é cruel com as mulheres, pois ceifa sua liberdade ir e vir. No entanto, parece haver mudanças, ainda que de forma muito lenta. Uma das gestoras de UC, afirmou que a participação mais ativa das mulheres no Conselho, pode ter a ver com o fato de haver uma mulher na gestão da Unidade: "Mudou bastante. Eram acanhadas e agora são mais participativas, talvez pelo fato de uma mulher ter assumido a gestão da UC" (Entrevista remota com gestora de UC, 10/02/23). As mulheres gestoras de UCs, relataram sobre as dificuldades enfrentadas por serem mulheres e ocuparem esse lugar de gestão. Importante destacar que há uma valorização de parte significativa de entrevistados homens da presença das mulheres nas equipes técnicas, porém como suas auxiliares, o que mantém a ideia de mulheres em funções subalternas, chefiadas por homens: "Eu tenho hoje comigo duas monitoras que trabalham aqui, eu preciso falar para elas que elas são a minha cabeça, né? Elas são a minha segunda cabeça que me ajudam a me organizar. (...) Eu não me vejo conseguindo fazer a gestão da unidade, sem a presença delas". (Entrevista remota com gestor de UC, 07/02/23). O lugar da mulher como "segunda cabeça" do gestor da unidade, responsável pela organização do escritório faz parecer que as mulheres são requeridas para as unidades de conservação mais pelas características atribuídas e construídas pela sociedade patriarcal do que pela sua capacidade técnica. Já em relação à presença de mulheres qualificar uma ação socioambiental e o impacto no desenvolvimento de projetos na UC, os/as gestores/as, de forma geral, têm pouca informação e experiência sobre esse aspecto, alguns homens respondem afirmativamente que a presença das mulheres qualifica e impacta o desenvolvimento dos projetos, porque as mulheres são mais organizadas, sensíveis e jeitosas. "De certa forma o mundo todo é machista, então tem algumas empresas, que para o mesmo cargo, se for mulher, o salário é menor. Então o machismo está impregnado desde sempre, mas aqui, muitos maridos não concordam, "Ah, não, você não vai". Já vi isso também, "Porque você vai pro mato se tem um monte de homem lá que pode ir?". É questão social, que já vem desde sempre, mas questão de dar conta, eu acho que, no mundo de hoje, as pessoas (mulheres) que eu conheço acho que dão conta, né?" (Entrevista remota com Monitora Ambiental de UC, 08/02/23). Essa cultura machista molda pensamentos e preconceitos sobre o papel e a importância das mulheres como protagonistas de projetos, programas e no seu cotidiano, que permita reconhecê-las como sujeitos



políticos indispensáveis para uma melhor implementação de projetos e programas e melhor desenvolvimento de ações, tendo-as como parceiras. Outra questão é a formação interna com as equipes, pois mesmo que de forma velada, há expressões cotidianas de machismo e violência naturalizada entre as equipes e que isso, de certa forma, torna o ambiente bastante opressor para as mulheres das equipes técnicas e gestoras. “Precisamos ter mais formações e tentar incorporar essas mudanças (incorporação mais efetiva das questões de gênero e meio ambiente) aqui (Entrevista remota com Ponto Focal, 15/02/23). Essa questão apontada pela técnica reforça a importância de construir um processo formativo e não apenas ter uma ação pontual, mesmo que essa provoque algumas reflexões. Para a institucionalização do tema e mudanças internas e externas, é necessário que estas reflexões possam ser levadas para dentro dos projetos e das equipes, provocando mudanças institucionais que se materializam em novas metodologias, abordagens diferenciadas e qualificadas junto às mulheres e, para a própria equipe técnica, levando à uma nova cultura institucional. Essa lacuna representa a invisibilidade do tema gênero como uma ação específica que deve ser incorporada para a qualificação das ações das UCs tanto institucionalmente, quanto como agente responsável para a melhor implementação de projetos com as comunidades. Conceitos e atitudes que prevalecem na sociedade patriarcal, que parecem não reconhecer e compreender as desigualdades estruturais entre homens e mulheres. Entender os tempos das mulheres e as diversas jornadas e tarefas acumuladas ao longo do dia, ajuda a compreender os desafios para um trabalho com as mulheres no âmbito das Unidades de Conservação, compreendendo que o ponto de inflexão se localiza, de modo geral e sistêmico, na injusta divisão sexual do trabalho e no reforço das dinâmicas patriarcais que estão entranhadas nas sociedades.

Conclusões

A invisibilidade da importância das mulheres como sujeitos fundamentais para a defesa de seus territórios e fortalecimento das comunidades, e que sua relação com o meio ambiente é parte das soluções a serem trazidas para os projetos e programas, ainda é o mais comum. Não está claro para as equipes esta questão, mesmo que em vários momentos eles percebam que a presença das mulheres é fundamental, não se trata desta questão de forma qualificada, nem técnica e nem política. Todos e todas dizem que é necessário ter um processo mais bem estruturado, de forma que as discussões tenham um tempo reflexivo e que gere discussões conjuntas. Com isso, é possível concluir a necessidade de um processo formativo que tanto contribuía para as relações sobre os temas de Gênero e Meio Ambiente “para dentro”, como “para fora” da gestão pública das UCs. Ou seja, uma formação que possibilite pensar e desenvolver políticas públicas estruturantes e um melhor conhecimento sobre gênero e o papel das mulheres na gestão das UCs e como isso pode reestruturar os órgãos gestores, enquanto habilitar gestores/as a tratar o tema no cotidiano da gestão na/e para as unidades em seus territórios. São questões como essas que levam a sugerir uma formação específica e direcionada para que os temas de gênero e meio ambiente sejam dialogados com mais aprofundamento e frequência, considerando ainda que são universos técnicos distintos, linguagens diferenciadas entre os públicos e a necessidade de tocar em



pontos estruturantes dos papéis de gênero e das mulheres a partir das vivências e experiências no cotidiano das UCs.

Referências bibliográficas

CAMURÇA, Sílvia e PACHECO, Maria E.L. (Org). **Programa Integrado de Capacitação em Gênero: desenvolvimento, democracia e políticas públicas**, caderno 2. Rio de Janeiro: FASE, 1998.

CARDOSO, Elisabeth; JALIL, Laeticia, MOREIRA, Sarah. **A Revolução Silenciosa dos Quintais Agroecológicos das Mulheres**. Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 – Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe – v. 15, nº 2, 2020.

CARRASCO, Cristina. A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres? *In*: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (Orgs.). **A produção do viver: ensaios de economia feminista**. São Paulo: SOF, 2003.

COLLINS, Patrícia Hill. **Interseccionalidade**. Tradução Rane Souza. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

Global Environment Facility (GEF). **GEF-7 REPLENISHMENT – PROGRAMMING DIRECTIONS**. Fourth Meeting for the Seventh Replenishment of the GEF Trust Fund. 2018.

KERGOAT, Daniele. Divisão sexual o trabalho e relações sociais o sexo. *In*: HIRATA, Helena (Org.); LABORIE, Françoise (Org.); LE DOARÉ, Helene (Org.); SENOTIER, Daniele (Org.) **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009. p.67-75.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 – Igualdade de gênero. 2023. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/5>. Acesso em: julho, 2023.

RODY, T; TELLES, L. **Caderneta agroecológica: o saber e o fazer das mulheres do campo, das florestas e das águas**. Viçosa, Minas Gerais: Editora Asa Pequena, 2021.

UN Sustainable Development Group (UNSDG). **Leaving No One Behind – a UNSDG operational guide for un country teams**. 2019. Disponível em: <https://unsdg.un.org/sites/default/files/Interim-Draft-Operational-Guide-on-LNOB-for-UNCTs.pdf>. Acesso em: julho, 2023.